

POVO LIVRE

O PSD É SEMPRE ALTERNATIVA



No discurso de abertura do Conselho Nacional, na quarta-feira, 25 de janeiro, em Lisboa, Luís Montenegro referiu que, se o Primeiro-Ministro “não estiver à altura da sua hora, o país terá mecanismos para poder atalhar caminhos”

10 PSD

FRACASSO DA GOVERNAÇÃO SOCIALISTA NAS COMUNIDADES

O Secretariado das Comunidades Portuguesas do PSD teve encontros com a Secção do PSD de Toronto, deslocando-se também a Montreal, New Bedford e Providence

13 LOCAIS

CÂMARA DE MATOSINHOS DESISTIU DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

O PSD de Matosinhos propôs 15 medidas para apoiar os alunos com dificuldades na aprendizagem, como o reforço na contratação de terapeutas, psicólogos e auxiliares

24 REGIONAIS

GOVERNO DA MADEIRA MEDIU CONTRATAÇÃO COLETIVA PARA 53 MIL TRABALHADORES

O Governo da Madeira mediu a negociação de 45 Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho no ano passado, com impacto em 53 mil trabalhadores

Um ano perdido para os portugueses

O PSD estará pronto para dar uma resposta aos portugueses

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre



Na passada segunda-feira, dia 30 de janeiro, assinalou-se o primeiro aniversário das eleições legislativas que ditaram uma maioria absoluta para o Partido Socialista de António Costa.

Para muitos, foi um resultado surpreendente, tendo em consideração os estudos de opinião que foram sendo conhecidos nas semanas que antecederam aquele ato eleitoral. Para todos, houve a ideia de que, pelo menos, passaria a existir condições para uma estabilidade governativa que permitiria colocar o país no caminho do crescimento e do progresso.

Essa ilusão durou pouco. António Costa apresentou um governo “recauchutado” do anterior executivo, o qual findara em estado de sofrimento causado pela gestão sofrível em vários ministérios, promovendo, de forma cirúrgica, alguns dos quadros que lhe permitiriam manter o controlo sobre o aparelho socialista e dando a mão a um dos seus putativos del-fins, depois da derrota contra Carlos Moedas nas autárquicas da capital.

Nesse quadro de controlo absoluto, os laivos de autoritarismo tornaram-se cada mais evidentes e frequentes; a gestão política e económica passou a ser ainda mais errática do que fora no passado, mais subjugada aos interesses do partido que sustenta o governo e o seu aparelho e cada vez mais distante – diria mesmo, assustadoramente distante – da realidade quotidiana dos portugueses. Os casos e as demissões que marca-

ram este primeiro ano de governação refletem apenas a face mais visível do falhanço estrondoso de António Costa.

Perante isto, já não há ilusões, apenas a certeza de que este governo se vai descredibilizar dia após dia, definhando lentamente, até sair, enfim, de cena. Por isso, é tempo de olharmos e prepararmos o futuro.

O caminho que vem sendo trilhado por Luís Montenegro e a sua preocupação em auscultar as pessoas, em conhecer, no terreno, os problemas e em debater, de forma séria, alternativas viáveis e creíveis, começa paulatinamente a dar resultados.

É dessa forma que vamos conquistando a atenção e a confiança dos portugueses, que vamos alimentar uma esperança sólida no nosso futuro coletivo.

Este ano será fundamental para nos prepararmos e, também, que as eleições Europeias de junho de 2024 serão o ponto de viragem definitivo para pormos fim a este estado de decadência democrática que temos vindo assistir.

Como sempre acontece quando o país mais precisa, o PSD estará pronto para dar uma resposta aos portugueses.

É nisso que eu acredito, é nisso que cada vez mais pessoas acreditam.

LUÍS MONTENEGRO NO CONSELHO NACIONAL

DOUTOR ANTÓNIO COSTA, ESTA É A SUA HORA



Luís Montenegro desafia o Primeiro-Ministro a assumir a responsabilidade de governar o país. “Doutor António Costa, esta é a sua hora. Esta é a hora do doutor António Costa mostrar o que vale. Esta não é a hora dos arranjinhos do Parlamento, com o PCP e o Bloco [de Esquerda]. Esta não é a hora de ir à procura de uma maioria absoluta, que já tem. Esta é a hora de dizer e demonstrar ao país que ainda é merecedor da tarefa que o povo lhe atribuiu de governar o país e que ainda está a tempo de recomeçar a governação (...) e

que esteve na base da confiança que recebeu. Doutor António Costa, esta é a sua hora”, afirmou.

No discurso de abertura do Conselho Nacional, na quarta-feira, 25 de janeiro, Luís Montenegro referiu que, se António Costa “não estiver à altura da sua hora, o país terá mecanismos para poder atalhar caminhos”.

Nesse sentido, frisou Luís Montenegro, “o PSD é sempre alternativa, e alguém que é líder do PSD está sempre preparado para ser Primeiro-Ministro”.

”

**Doutor António Costa,
é hora de demonstrar
ao país que ainda é
merecedor da tarefa
que o povo
lhe atribuiu**

Luís Montenegro



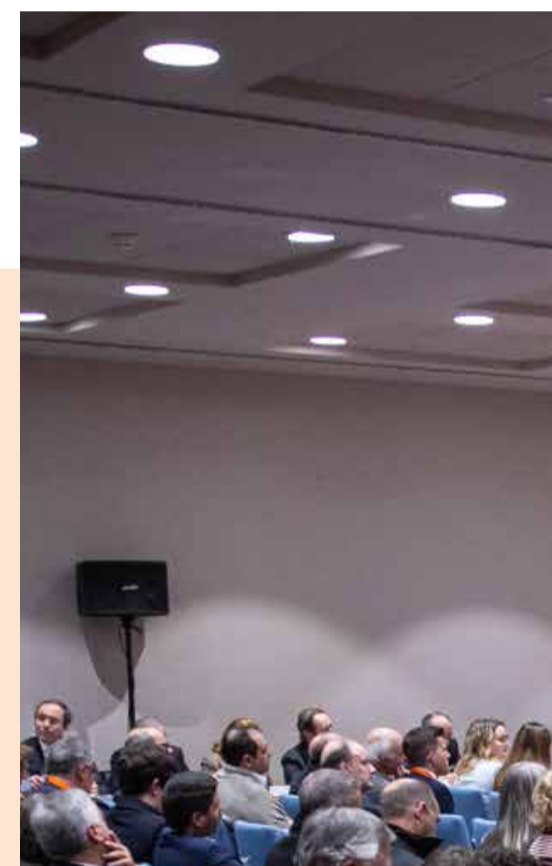
É natural que a oposição chame a atenção para os erros da governação

Luís Montenegro

“No dia em que concluirmos que o Governo não tem condições para prosseguir, não vamos a correr ver quem chega primeiro, não vamos com manobras de diversão. Nós vamos ao senhor Presidente da República e dizer por A, mais B ou mais C, por que é que a realidade política, social e económica do país reclama uma interrupção da legislatura. Se esse dia chegar, nós assumiremos essa responsabilidade”, acrescentou.

O Presidente do PSD considerou, ainda, que é “natural que a oposição chame a atenção para os erros da governação”, mesmo que isso incomode “a máquina de propaganda do PS e do Governo”. “Não me intimidam nem intimidam o PSD. Estamos aqui para lutar por Portugal até à última gota do nosso esforço”, salientou.

Luís Montenegro criticou o Governo por andar “a prometer obras e mi-



lhões” e de estar a imitar a iniciativa “Sentir Portugal”, através do périplo “Governo Mais Próximo”. “Quando o Governo copia, imita, o PSD normalmente está a fazer coisas bem feitas”, disse.

Os conselheiros nacionais do PSD aprovaram por unanimidade o Relatório e Contas de 2021 e o orçamento do partido para 2023 por unanimidade. Em 2021, o PSD obteve resultados líquidos positivos de 18 mil euros, contra os 2,4 milhões de euros de prejuízo que tinha registado no anterior ano de eleições locais, em 2017.



GOVERNO ESTÁ A ENGANAR OS MUNICÍPIOS COM O PRR

“Eles [Governo] não estão a ouvir as pessoas, estão a fazer campanha política. E ainda estão a fazer pior: estão a ir de terra em terra, perguntar aos presidentes da Câmara que projetos têm ali à mão, em mais avançado estado de execução, para não perderem dinheiro. Mais, estão a fazer isso com estimativas de custo que, muitas vezes, ficam muito aquém dos custos reais das obras, querendo dar um presente envenenado aos municípios: ‘deem-nos projetos, nós metemos no PRR, isto está orçamentado em 100, vai custar 200 e os 100 de diferença pagam vocês’. O Governo português está a enganar os municípios portugueses, está a enganar o espírito do PRR, está a fazer campanha política”, afirmou.



Criticando o périplo “Governo + Próximo”, que é uma imitação do “Sentir Portugal” do PSD, Luís Montenegro denunciou que “os socialistas adoram ter placas [publicitárias]”, porque “há placas de coisas que nunca viram a luz do dia”.

No encerramento da iniciativa “Road to Recovery” (“A caminho da recuperação”) do PPE, na sexta-feira, em Lisboa, o líder do PSD sublinhou que “uma das faturas da governação socialista é a ausência de transformação estrutural”.

Nesse sentido, Luís Montenegro defende o correto aproveitamento dos fundos europeus para contrariar a ausência de reformas durante os últimos sete anos e que teriam “um impacto mais positivo” na criação de “ciclos económicos virtuosos”.

“O Governo português foi adiando investimentos públicos essenciais e aproveitou o tal Euromilhões [fundos] e canalizou para a esfera pública todos os meios, quando eles deveriam estar direcionados para os fatores produtivos, para o investimento, para as empresas e para as famílias, que sofrem as agruras do processo de inflação”, acrescentou.

Para o líder do PSD, “as contas públicas equilibradas dos socialistas têm pés de barro. Carga fiscal máxima. (...) Investimento público mínimo. (...) E uma economia a crescer muito menos que as economias dos países da coesão. O que são as contas equilibradas? Impostos, falta de investimento público e falta de crescimento económico”.

E apontou mais duas debilidades na atual aplicação do PRR: “uma centralização completa da gestão dos fundos” e “um excesso de burocracia”.

Luís Montenegro garantiu que “o PSD está fortemente empenhado em ser uma voz ativa na Europa” e, no domínio dos fundos, o objetivo é fazer com que o nosso país deixe de ser dependente dos fundos europeus. “O meu objetivo para Portugal é um dia sermos contribuintes líquidos da Europa. O desígnio de Portugal não é ser um país da cauda da Europa, é estar na linha da frente da Europa”, disse.



”

O Governo tem adiado investimentos públicos essenciais

Luís Montenegro

A “FARRA SOCIALISTA”

O Presidente do PSD defende uma solução equilibrada de negociação entre os professores e o Governo. Luís Montenegro expressou esta ideia em entrevista ao “Jornal ECO”, dia 30, afirmando que “**tinha de se encontrar na administração pública, na recuperação das carreiras professores e de todos os profissionais da administração pública, um critério de alguma uniformidade, alguma justiça relativa**”. O líder do PSD defende a avaliação dos professores, mas não é favorável à imposição de quotas que, no seu entender, “**pode deixar de fora critérios de progressão da carreira profissionais que, ainda assim, são muito bons**”.

Sobre o problema da colocação de professores, “admito que quando se fazia a colocação de professores à mão, fosse muito difícil com tantos milhares de profissionais, mas hoje, com as ferramentas que temos, é um dos casos onde a inteligência artificial deve servir para corrigir automaticamente. Quando os professores pedem um processo de colocação mais justo, é possível fazer muito mais daquilo que tem sido feito”, acrescentou Luís Montenegro.

No caso dos alunos, o Presidente do PSD diz defender “quer a avaliação dos alunos, quer da avaliação dos professores. Acho que foi um erro tremendo acabar com a avaliação, vamos chamar-lhe vinculativa, dos alunos nos fins dos ciclos de aprendizagem e a passagem para as provas de aferição. Isso retirou exigência e, por via disso, também qualidade”.

“A TAP DEVE SER UMA COMPANHIA 100% PRIVADA”

Luís Montenegro disse ainda, em entrevista ao ECO, que a gestão da TAP, liderada por Manuel Beja e Christine Ourmière-Widener, tem de sair, acrescentando que “o problema da TAP não está no processo de reprivatização, o problema da TAP, o mais profundo, o mais impactante e que, do meu ponto de vista, constitui e constituiu um crime político e financeiro, foi a renacionalização de

parte do capital em 2016. Isso desembocou numa responsabilização do Estado, que não era admissível no processo que estávamos”.

Por isso, “a TAP deve ser uma companhia 100% privada, o meu entendimento é esse e o caminho que estava a ser seguido era esse. O que é incompreensível, e tem de ser alvo de uma responsabilização, é que quem achou que esse caminho não era correto, quem achou que o caminho correto era a renacionalização, quem, consequentemente,



”

Menos burocracia e mais meios adstritos às famílias e às empresas

Luís Montenegro

APOIOS DO PRR DEVEM TER MENOS BUROCRACIA

“Menos burocracia, com mais meios adstritos às famílias, às empresas, aquilo que são os motores da economia, aqueles que criam emprego e não apenas o Estado”. Esta é a visão do Presidente do PSD para que os apoios do PRR cheguem mais rapidamente e não sejam apenas parte da “farra socialista”.

Luís Montenegro denunciou ainda que “há aqui uma desproporção entre aquilo que são as execuções que o Governo tem em mente de atingir e aquilo que é, depois, o di-

nheiro que chega à economia. E as empresas, igualmente, todas elas se queixam da parte que é pequena do PRR, todas elas se queixam de excesso de burocracia e de falta de cabimento. Mas posso falar também do PT2020, em que ainda faltam quatro mil milhões de euros para executar, e do PT2030 que ainda não começou e que, por aquilo que os agentes económicos nos têm dito, está também atrasado. Está a acontecer uma outra coisa: Como o PRR não responde à economia, como o PT2020 não foi totalmente executado, ainda estão a canalizar projetos que vêm detrás precisamente para o PT2030”.

com isso, injetou mais de três mil milhões de euros nessa companhia, venha, afinal, fazer aquilo que era para se fazer há sete anos”.

Tal caso é, aliás, elucidativo sobre a forma como o PS governa, pois “as decisões que foram tomadas, sobretudo no início dos seus governos em 2016, vieram todas a revelar-se altamente penalizadoras. Falo-lhe de três ou quatro... Esta renacionalização da TAP, a área da saúde que hoje está caótica em Portugal, houve várias reversões nas parcerias

público privadas, no caso da educação, não nos esqueçamos que uma das primeiras medidas do Governo do Partido Socialista foi acabar com os exames nacionais. Foi acabar com uma exigência que trazia qualidade ao ensino. E, sinceramente, hoje, sete anos depois, estamos a sofrer as consequências dessas”.

FRACASSO DA GOVERNAÇÃO SOCIALISTA NAS COMUNIDADES



O Coordenador do Secretariado do PSD para as Comunidades Portuguesas realizou, entre os dias 19 e 24 de janeiro de 2023, um conjunto de reuniões de trabalho com a Comissão Política de Secção de Toronto, militantes, simpatizantes, órgãos da comunicação social e entidades daquela cidade canadiana. Além disso, o Secretariado das Comunidades teve encontros em Montreal, New Bedford e Providence.

No decurso destes contactos, foi uma vez mais reafirmada a vontade de contribuir ativamente para o regresso do PSD ao Governo, sendo unânime o reconhecimento do total fracasso do Governo socialista na governação do País e na relação com as nossas Comunidades no estrangeiro.

Constatou-se uma profunda desorganização e falta de meios da rede consular, que, com poucas exceções, se mostra incapaz de corresponder minimamente às necessidades dos utentes.

Neste âmbito, a situação mais grave nesta zona é, claramente, o Consulado Geral de Toronto, reduzido a seis funcionários, sem chefia intermédia, com as permanências con-

sulares suspensas e sem capacidade para atender telefones.

Por outro lado, é igualmente muito evidente o abandono a que o atual Governo votou o movimento associativo, adotando políticas que praticamente ignoram os associados de fora da Europa.

O PSD continuará assim a acompanhar a problemática das nossas Comunidades, procurando melhorar a organização do Partido e assegurando, através do Secretariado das Comunidades Portuguesas e do seu deputado à Assembleia da República eleito pelo círculo de fora da Europa, o acompanhamento das problemáticas das diversas Comunidades.



PRR

PSD QUER CONHECER CONTRATOS ASSINADOS ENTRE MINISTÉRIO DA CULTURA E 15 AUTARQUIAS

O PSD requereu ao Governo os contratos assinados em janeiro entre o Ministério da Cultura e 15 autarquias para requalificação de cine-teatros e centros de arte contemporânea, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

De acordo com o documento entregue na Assembleia da República, dia 30 de janeiro, os sociais-democratas querem ter acesso “aos contratos interadministrativos de Colaboração (CIC)” celebrados entre a tutela e os municípios de Bragança, Braga, Lamego, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Batalha, Alcobaça e Mafra.

Além destes, requerem os contratos assinados com autarquias de Aveiro, Coimbra, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Leiria, Carregal do Sal, Sever do Vouga e Viseu para instalação de equipamentos de projeção digital de cinema e de vídeo.

No documento entregue no parlamento, o PSD recorda que o PRR possui um valor global afeto à cultura que “ascende aos 243 milhões de euros, 150 milhões de euros destinam-se à valorização, salvaguarda e dinamização do Património Cultural e 93 milhões de euros estão afetos à Transição Digital das Redes Culturais para a modernização tecnológica e digitalização de artes, literatura e património”.

Na cerimónia da assinatura decorrida com a tutela da cultura em Aveiro, de um total de 155 cineteatros e centros de arte contemporânea a serem beneficiados, no âmbito do PRR, com renovação tecnológica, incluindo aquisição de equipamento de projeção digital de cinema (DCP) e de vídeo, foram firmados contratos para 42 equipamentos da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, envolvendo 27 municípios e entidades como o Theatro Circo, de Braga, e a Universidade de Coimbra.

Entre os 42 equipamentos contavam-se, além do Teatro Aveirense, o Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães, a Gnracion, em Braga, o Teatro Diogo Bernardes, em Ponte de Lima, o Teatro Viriato, em Viseu, o Convento São Francisco, o Teatro Cerca de São Bernardo e o Teatro Académico de Gil Vicente, em Coimbra, o Teatro José Lúcio da Silva, em Leiria, o Teatro Municipal Joaquim Benite e o Teatro António Assunção, em Almada, o Teatro Garcia de Resende, em Évora, o Teatro das Figuras e o Teatro Lethes, em Faro, o Teatro Municipal Baltazar Dias, no Funchal, e o Coliseu Micaelense, em Ponta Delgada.

O Cine-Teatro São Pedro, em Alcanena, o Theatro Gil Vicente, de Barcelos, o Auditório Municipal Au-

gusto Cabrita, no Barreiro, a Oficina Municipal do Teatro de Coimbra, a Sala de Espetáculo da associação Eborae Música, em Évora, o Centro Cultural Raiano, de Idanha-a-Nova, a Casa da Cultura de Ílhavo, o Auditório Municipal de Lagoa, o Cine-teatro de Monte Real, Leiria, o Cine-teatro de Ourém, o Cine Teatro São João, em Palmela, o Centro Cultural de Carregal do Sal, o Centro de Artes do Espetáculo e o Museu da Tapeçaria, ambos em Portalegre, são outros equipamentos visados nos contratos assinados.

Do total de 42 salas de espetáculo com financiamento contratado contam-se ainda o Cineteatro António Lamoso, em Santa Maria da Feira, o Fórum Municipal Luísa Todi, em Setúbal, o Centro das Artes e do Espetáculo de Sever do Vouga, o Auditório António Silva e o Centro Cultural Olga Cadaval, em Sintra, o Teatro-Cine Ferreira da Silva, de Torres Vedras, e o Teatro Municipal de Vila Real.

No município de Mafra, que acolherá o Museu Nacional da Música, há quatro equipamentos: Auditório Municipal Beatriz Costa, Auditório Municipal da Malveira, Casa da Cultura Jaime Lobo e Silva e a Casa da Música Francisco Alves Gato.

BRUNO PEREIRA, LÍDER DA SECÇÃO DO PSD, PROPÕE 15 MEDIDAS

CÂMARA DE MATOSINHOS DESISTIU DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

O PSD de Matosinhos acusa a Câmara Municipal de ter “desistido” de apoiar as crianças com necessidades educativas especiais (NEE) e propõe a implementação de 15 medidas fundamentais.

“A Câmara Municipal de Matosinhos falha na aplicação de apoios às crianças com necessidades educativas especiais e suas famílias”, referiu o presidente da Comissão Política Concelhia, Bruno Pereira.

Criticando a “inércia” da autarquia, liderada pela socialista Luísa Salgueiro, nesta matéria, o social-democrata defendeu ser “imperativo” implementar políticas de inclusão educacionais “essenciais” para o desenvolvimento cognitivo destas crianças.

Por isso, Bruno Pereira propôs, num documento enviado à câmara, 15

medidas para aplicar no concelho para “acautelar” as gerações futuras.

Uma dessas propostas assenta na criação de uma equipa municipal e multidisciplinar exclusiva para apoiar crianças com necessidades educativas especiais acompanhando, na íntegra, o processo educativo de cada uma, referiu.

O social-democrata sugere ainda a criação de salas sensoriais e “snoezelen” (permite estimular o toque, paladar, visão, som e cheiro) em cada agrupamento de escolas para ajudar as crianças com dificuldades

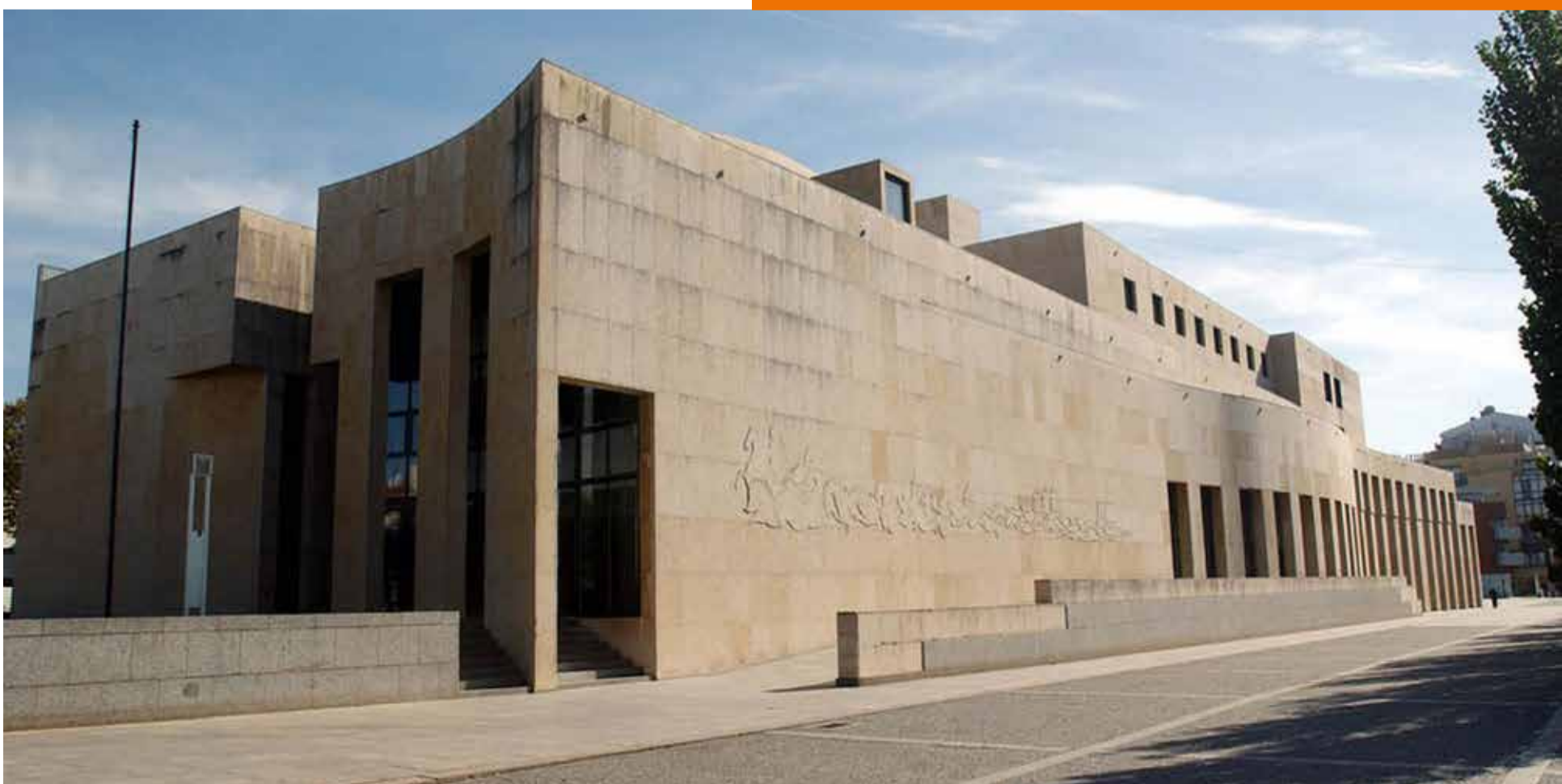
de aprendizagem a desenvolver os sentidos.

Além destas, Bruno Pereira recomenda salas de aprendizagens funcionais para crianças ou jovens com necessidades, mas que não se enquadram nas problemáticas relacionadas com autismo, multideficiência, surdez e cegueira.

Outras das sugestões do PSD passa pela criação, em cada união de freguesia, de uma sala equipada para a realização de consultas, tal como de uma rede municipal de empréstimo de produtos psicopedagógicos e tecnologias de apoio à aprendizagem.

O prolongamento da oferta educativa após o fim da atividade letiva, reforço da equipa do município com terapeutas, psicólogos e auxiliares e ações de formação a educadores, professores e assistentes operacionais são outras das propostas.

“Pela necessidade de acautelar as gerações futuras, pela urgência de pensar e cuidar dos nossos, é-nos exigido no imediato uma ação para uma educação que integre todos os alunos, reconhecendo e respeitando as suas diferenças ou quaisquer limitações físicas e intelectuais”, alega o PSD de Matosinhos.



AS 15 MEDIDAS QUE O PSD DE MATOSINHOS PROPÕE:

1. Interligação da autarquia e dos agrupamentos escolares no processo educativo, através da criação de uma equipa municipal e multidisciplinar exclusiva para o apoio a crianças com necessidades educativas especiais, acompanhando na íntegra o processo educativo de cada criança.
2. Promoção pela autarquia, em articulação com os agrupamentos de escolas e entidades especializadas, de parcerias para interação na área da saúde, do desporto, do lazer e da ação social, que incluam o usufruto de serviços, utilização de espaços, doação/empréstimo de equipamento.
3. Compromisso com a Unidade Local de Saúde, para a criação de uma sala por união de freguesia, devidamente equipada para a realização de consultas, avaliações e intervenções a crianças com necessidades educativas especiais.
4. Ações de formação contínua a educadores, professores e assistentes operacionais para saberem como reagir face às necessidades médicas e físicas dos alunos ou em emergências, por forma a colmatar lacunas técnicas que possam prejudicar as crianças e a equipa que lhes presta apoio.
5. Reforço das equipas do município com terapeutas, psicólogos e auxiliares, em virtude do aumento de diagnósticos de crianças com necessidades educativas especiais.
6. Prolongamento da oferta educativa após o término da atividade letiva, proporcionando às crianças uma oferta educativa adaptada às suas necessidades.
7. Implementação de salas sensoriais e sala "snoezelen" em cada agrupamento de escolas, auxiliando as crianças com dificuldades de aprendizagem a desenvolver os sentidos em ambiente seguro.
8. Criação de uma rede municipal de empréstimo de produtos psicopedagógicos e tecnologias de apoio à aprendizagem.
9. Criação de uma bolsa de apoio financeiro para projetos educativos, contribuindo para a concretização e materialização dos mesmos.
10. Implementação no município Plano individual de transição para a vida ativa, em situações mais complexas, após o término do percurso escolar.
11. Disponibilização, através do site da autarquia, de um guia orientador único que agregue toda a rede de apoios existentes.
12. Criação de sala de Aprendizagens Funcionais, por forma a gerir a diversidade de crianças ou jovens com necessidades educativas especiais, que não se enquadrem nas problemáticas relacionadas com autismo, multideficiência, surdez e cegueira.
13. Criação de um complemento Escolar de Referência para Surdos em um agrupamento escolar de Matosinhos.
14. Criação de uma unidade complementar de ensino estruturado para crianças com perturbações do espectro do autismo, como forma de apoio à sua inclusão em contexto escolar.
15. Criação de um complemento escolar de Referência de Cegos e Baixa Visão em um agrupamento escolar de Matosinhos.



REGUENGOS DE MONSARAZ LAMENTA ATRASO DAS OBRAS DE NOVO CIRCUITO HIDRÁULICO

A Câmara de Reguengos de Monsaraz, no distrito de Évora, manifestou preocupação com “a incompreensível derrapagem dos prazos” para o início da construção do circuito hidráulico e respetivo bloco de rega do Alqueva no concelho.

Em comunicado, dia 23, o município realçou que o processo de intenção da construção deste circuito hidráulico começou, em 2014, com a publicação em “Diário da República” do procedimento concursal para o projeto de execução e estudo de impacto ambiental.

“Contudo, passados mais de oito anos e após muitas promessas, a sua construção continua a ser um sonho por cumprir”, lamentou.

O concurso que está a decorrer e a que se referiu o presidente da EDIA diz respeito à 1.ª subfase Bloco de Rega do Peral da 1.ª Fase do Circuito Hidráulico de Reguengos de Monsaraz, cuja empreitada tem um valor base de 17,5 milhões de euros.

A Presidente da Câmara de Reguen-

gos de Monsaraz, Marta Prates, eleita pelo PSD, afirmou que o município alentejano está “extremamente preocupado com a construção do circuito hidráulico”.

“Os nossos agricultores e produtores de pecuária têm culturas para regar e animais para dar de beber e continuam a ver o Alqueva ao lado das suas propriedades, são vizinhos do Alqueva e, mesmo assim, não conseguem tirar de lá uma gota de água”, afirmou.

Assinalando que “a agricultura é o motor económico do concelho”, a autarca social-democrata vincou que o setor aguarda pelo início das obras de construção das infraestruturas e “está a ver o tempo a passar”.

Marta Prates realçou que a ministra da Agricultura, quando visitou o concelho em maio de 2022, prometeu que, “se as empreitadas tivessem sido todas lançadas até final de 2023, os agricultores teriam água nos hidrantes no final de 2025”.

“Se a primeira empreitada ainda nem está iniciada e Reguengos de Monsaraz só entra na quarta subfase, portanto, estamos a ver o tapete a fugir-nos debaixo dos pés”, sublinhou, manifestando-se solidária com os agricultores do concelho.

No comunicado, o município explicou que o circuito hidráulico é composto por duas fases: a primeira, que é subdividida em três subfases, e a segunda, que integra duas subfases.

As empreitadas do Bloco de Rega do Peral e Rede Primária, da Rede Primária da Vígia, Estação Elevatória e reservatórios da Bragada e da Furada e da duplicação dos sifões na adução Álamos – Loureiro constituem as três subfases iniciais.

A segunda fase abarca as subfases do Bloco de Rega de Reguengos de Monsaraz e o Bloco de Rega da Vendinha e Montoito.

MUNICÍPIO DE ALMEIDA COM ORÇAMENTO DE 17,6 MILHÕES DE EUROS

O presidente da Câmara Municipal de Almeida anunciou que o orçamento para este ano é de 17,6 milhões de euros, valor que é superior ao do anterior devido à “consolidação das delegações de competências”.

“Este orçamento foi dos mais difíceis de fazer, tendo em conta os efeitos da inflação, a subida vertiginosa dos preços e a consolidação das delegações de competências, nomeadamente da Educação, que é aquela [área] que veio fazer o reforço do orçamento”, justificou António José Machado, eleito pelo PSD.

Segundo o autarca, o município de Almeida iniciou este ano “a totalidade da responsabilidade” no setor da Educação e prevê “receber novas competências na área da Ação Social, no mês de abril”.

O orçamento municipal de Almeida para 2023 regista um aumento de 1,1 milhões de euros relativamente ao do ano anterior.

“É um orçamento de continuidade, para colocarmos em curso os principais projetos das obras que estão definidas para realizar nas diversas freguesias do concelho, tendo em

conta que alguns projetos já estão em condições de as empreitadas serem lançadas e outros estão em fase de conclusão e gostaríamos que este ano arrancassem essas empreitadas”, declarou.

Na sede de concelho, o município de Almeida prevê executar este ano o projeto de um leilão de gado bovino e ovino.

Também pretende criar espaços culturais e de multifunções em Almeida e nas localidades de Freineda, Amoreira e Castelo Bom.

Ainda em Almeida, António José Machado deseja terminar as obras, que têm tido dificuldade no lançamento do concurso, relacionadas com a “parte do restauro estrutural e da criação de um espaço museográfico na Porta Interior de Santo António”.

O município também pretende lan-

çar projetos relacionados com a eficiência energética, concluir a instalação de balanças para apoio aos agricultores e iniciar as obras para criação de zonas balneares ao longo do rio Côa.

Na vila fronteiriça de Vilar Formoso, o município de Almeida destaca as obras de ligação da autoestrada A25 à zona do Parque TIR e do Parque TIR a Vilar Formoso, e a recuperação dos antigos edifícios da Alfândega e da Guarda Fiscal para instalação do Destacamento Territorial e Posto da GNR.

Segundo António José Machado, as obras para melhoria das condições da GNR são essenciais, consolidam a presença desta força de segurança na principal fronteira terrestre do país e a intervenção urbana prevista permite “ter toda a zona da Estação [da CP] renovada e com outra aparência do que aquela que tem, com

edifícios decrepitos, a cair, que não abonam nada para a localidade de Vilar Formoso”.

O orçamento municipal também destina uma verba de cerca de 500 mil euros para a Feira de Caça, Pesca e Desenvolvimento Rural e para a recriação histórica do Cerco de Almeida.

Este ano, o município pretende dar continuidade ao projeto desportivo “Mexa-se Com Alma”, iniciar a Universidade Sénior, manter os transportes escolares e o projeto de mobilidade “Estrela da Paz”, que disponibiliza transporte gratuito das freguesias para a sede concelhia, entre outras iniciativas.

O orçamento foi aprovado por maioria pelo executivo presidido pelo social-democrata António José Machado e pela Assembleia Municipal.

FUTURA PONTE DO IC2 EM COIMBRA APROVEITARÁ CANAL FERROVIÁRIO

A vereadora da Câmara de Coimbra com o pelouro do urbanismo e transportes afirmou, dia 30, que uma nova ponte do IC2 sobre o rio Mondego, que o executivo defende, irá aproveitar a atual ponte ferroviária, que vai ser desativada.

A vereadora Ana Bastos falava a propósito do plano de construção de uma nova estação ferroviária de Coimbra, cujo plano de urbanismo, da autoria do arquiteto catalão Joan Busquets, foi apresentado recentemente e que antevê uma reconfiguração do traçado do IC2 na entrada da cidade, procurando resolver o nó da Casa do Sal (ponto de entrada e saída da cidade), onde é recorrente registarem-se congestionamentos de trânsito.

“A nova ponte sobre o rio Mondego vai permitir ligar o IC2 entre a atual rotunda do Almeigue [outro ponto de congestionamento] e o IC2-Norte”, esclareceu a vereadora eleita pela coligação Juntos Somos Coimbra (PSD/CDS-PP/Nós, Cidadãos!/PPM/ Aliança/RIR e Volt).

Ana Bastos rejeita a ideia de que uma nova ponte possa assumir um “forte impacto ambiental”, realçando que essa futura infraestrutura “aproveitará o canal já atualmente ocupado pela ponte ferroviária, a qual irá ser, entretanto, desativada” (aquando da apresentação do plano para a nova estação ferroviária, a Infraestruturas de Portugal admitiu a possibilidade de ser construída uma nova ponte ferroviária pela necessidade de duplicação da Linha do Norte na zona de Coimbra).

De acordo com a vereadora, o executivo irá continuar a exigir à Infraestruturas de Portugal (IP) uma nova ponte do IC2 sobre o Mondego, adiantando que o estudo prévio so-



bre essa mesma intervenção “vai ser objeto de protocolo de colaboração a muito curto prazo”.

Tal intervenção “vai permitir reduzir inúmeras toneladas de CO2 anuais, derivados dos elevados níveis de congestionamento concentradas no dantesco nó da Casa do Sal”, realçou.

Durante o período antes da ordem do dia, Ana Bastos reafirmou que a

construção de uma nova estação de Coimbra-B e consequente reconfiguração de toda a zona vai permitir “dar uma nova centralidade na zona norte/ponte da cidade, devidamente articulada com zona ribeirinha, Baixa e cidade consolidada, tendo por base as mais recentes políticas e boas práticas internacionais no setor dos transportes e do ambiente”.

A futura estação de Coimbra-B será

um “ponto focal para articulação de múltiplas formas de mobilidade ferroviária, rodoviária e modos suaves, incluindo uma central de camionagem de última geração, parques de estacionamento dissuasores, articulados com áreas utilitárias como estação de serviço, paragens ‘kiss & ride’, áreas comerciais e serviços de apoio ao público”, vincou.

DISTITAL DO PSD DE CASTELO BRANCO ACUSA

GOVERNO FAZ “NAVEGAÇÃO À VISTA”

O PSD acusou o Governo de “falta de rumo” e considerou que os resultados práticos do Conselho de Ministros realizado em Castelo Branco “apenas demonstram a navegação à vista”.

“Os resultados práticos deste Conselho de Ministros apenas demonstram a navegação à vista, a falta de rumo e um evidente cansaço nos ministros e nas suas opções”, referiu, em comunicado, dia 30, a Comissão Política Distrital do PSD de Castelo Branco.

Os sociais-democratas manifestaram ainda “incredulidade no desnorte evidenciado pelo Governo” na preparação da reunião.

Acusaram a ministra da Agricultura de apresentar, “com pompa e circunstância” o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), “para, no dia seguinte, extinguir a Secretaria de Estado da Agricultura”.

“A lógica da estrutura orgânica do

Governo deixou de corresponder à lógica de ação e intervenção do Governo. Ouvimos dizer que não é definitiva a extinção da Secretaria de Estado. Obviamente que não, mas extingui-la a seguir à apresentação de um Plano Estratégico é o maior sinal de fim da estrada para esta ministra [Maria do Céu Antunes]”.

A ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, foi também criticada pelo PSD de Castelo Branco: “Pela enésima vez, vem abordar a questão das portagens, replicando o tantas vezes dito pela Distrital do PSD Castelo Branco, que são mais um custo de contexto para a região, para seguidamente afirmar que a abolição das mesmas seria uma contradição com a implementação do Plano de Mobilidade Territorial e com as questões ambientais”.

Adiantaram que não percebem os argumentos apresentados pelo Governo, “porque, em campanha eleitoral, a promessa de abolição de por-

tagens é sempre possível”.

“Quando se governa, criam-se grupos de trabalho para estudar o tema e encontram-se subterfúgios para se fugir às promessas”, salientaram.

Já sobre o Plano de Recuperação da serra da Estrela, os sociais-democratas lembraram que a governante afirmou que 70% das medidas já foram implementadas.

“Ou nós e a população andamos muito distraídos, ou a implementação passou ao lado de todos os atores do território. É caso para dizer que a montanha pariu o rato e contrariou as palavras da senhora ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, quando disse que a serra da Estrela ia ficar melhor do que estava. Não ficou”, concluíram.

O PSD de Castelo Branco rematou que este foi um Conselho de Ministros que “não irá ficar para a história” do Governo nem do distrito.



CAOS NOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS E HOSPITALARES EM LEIRIA

O PSD considera que a situação nos cuidados de saúde primários e hospitalares em Leiria está um caos e alertou que o distrito precisa de uma “atenção diferente” nesta área.

“Quando olhamos para os cuidados de saúde primários, a primeira palavra que sobressai é o caos”, afirmou o presidente da Comissão Política Distrital de Leiria do PSD, Hugo Oliveira, também deputado, numa conferência de imprensa, dia 30, em Leiria, após um mês em que a estrutura partidária e os parlamentares eleitos por este círculo dedicaram à temática da saúde.

Fazendo-se acompanhar de parlamentares e outros responsáveis partidários, Hugo Oliveira destacou, nos cuidados de saúde primários, a falta de médicos de família, notando que “há uma promessa falhada do primeiro-ministro”, o socialista António Costa, nesta matéria.

“Podia ter aceitado a proposta apresentada nas legislativas por parte do PSD de fazer acordos com o setor privado”, declarou, elencando locais no distrito de Leiria nos quais sobressai a falta de médicos de família.

Segundo o deputado, “há aqui uma grande dificuldade nos cuidados de saúde primários que, depois, tem reflexo naquilo que são os cuidados hospitalares”.

Para o social-democrata, o caos volta a repetir-se nos cuidados hospitalares, “tanto no hospital de Leiria, como no hospital de Caldas da Rainha”.

“Os fechos das urgências são mensais, para não dizer quinzenais ou semanais. Não há capacidade de resposta dos serviços hospitalares também aos utentes do distrito”, frisou, observando que em consultas externas da especialidade há “atrasos brutais”.

O dirigente do PSD reconheceu que a pandemia de covid-19 agravou “ainda muito mais esta situação”, mas frisou que “a pandemia não desculpa tudo”.

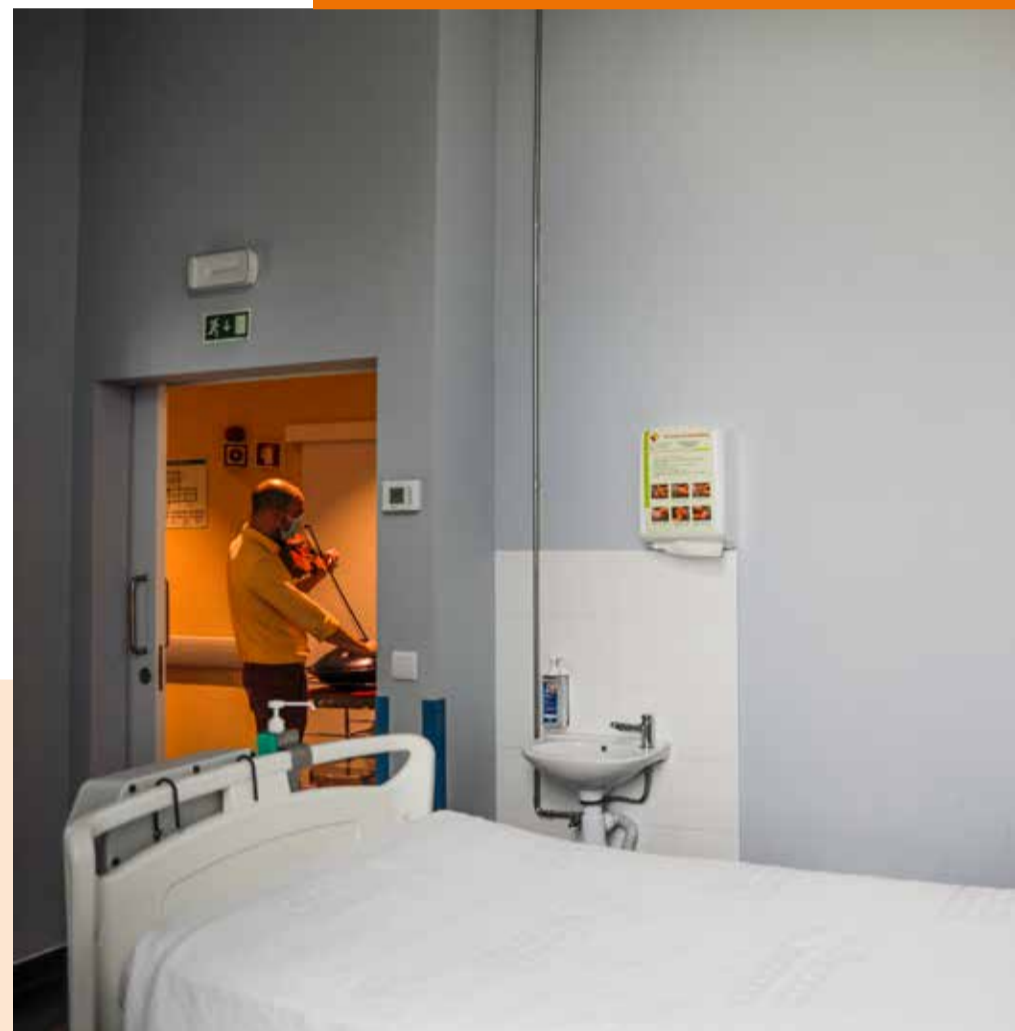
“Concluimos, de facto, que o distrito de Leiria precisa de uma atenção diferente e nem o facto de ter tido um secretário de Estado da área nos garantiu aquilo que nós precisávamos em termos de saúde”, declarou, numa alusão ao ex-governante socialista António Lacerda Sales, ressaltando que “um Governo não se faz só de um secretário de Estado (...) e a responsabilidade máxima é do primeiro-ministro”.

Sobre a criação da Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, o líder distrital do PSD recordou que, em janeiro de 2022, no congresso nacional do partido, foi apresentada uma moção distrital sobre a necessidade de criação desta estrutura, defendendo que “a sua abrangência deve ter em conta a vontade das populações”.

“E quando falo em vontade das populações quem as representa são os autarcas”, referiu, defendendo ser “fundamental o envolvimento dos autarcas” numa iniciativa em que os sociais-democratas são favoráveis, dado que pode “trazer ganhos”.

Na sequência do roteiro dedicado à saúde do distrito, os deputados do PSD eleitos por Leiria apresentaram na Assembleia da República quatro projetos de resolução e 10 perguntas.

Entre as perguntas ao ministro da Saúde, Manuel Pizarro, o PSD quer saber por que razão “17 mil utentes já ultrapassaram o tempo máximo de resposta garantido” para consul-



tas da especialidade e que medidas vai o Governo tomar para reduzir estes tempos de espera no hospital de Leiria, assim como sobre a possibilidade e quando da ampliação desta unidade de saúde.

Outra das questões prende-se com a falta de médicos em vários concelhos ou os certificados de incapacidade multiuso.

“São muitas as pessoas que estão com esta dificuldade clara no acesso a estes certificados”, adiantou, questionando ainda o governante sobre a razão de não receber o presidente da Câmara de Caldas da Rainha, Vítor Marques (independente), a propósito do futuro Centro

Hospitalar do Oeste, ou quando resolve o problema de quatro de 12 camas para o internamento em cuidados paliativos, em Alcobaca, não estarem a ser utilizadas.

Os deputados do PSD de Leiria apresentaram ainda quatro projetos de resolução, para a criação do serviço de atendimento de doentes crónicos frequentemente agudizáveis, de equipas médicas de intervenção comunitária e de promoção da literacia em saúde, todos em Leiria, e do serviço de urgência básica da Marinha Grande.

Em março, os deputados e a Distrital de Leiria do PSD vão fazer um roteiro dedicado à economia.



PSD/AÇORES REAFIRMA “FORTE APOIO” AO TRABALHO DO GOVERNO REGIONAL

O Conselho Regional do PSD/Açores reafirmou o “forte apoio” do partido ao trabalho que o Governo da Coligação está a fazer “em benefício dos açorianos”.

“O que está subjacente a todas as intervenções feitas no Conselho Regional é o forte apoio a este Governo da Coligação. O PSD está firme nesta Coligação e motivado para continuar a trabalhar em defesa dos cidadãos dos Açores. A Coligação com o CDS-PP e o PPM é um projeto que está a desenvolver os Açores”, afirmou, em declarações aos jornalistas, o presidente da Mesa do Congresso, Pedro Nascimento Cabral.

Segundo o social-democrata, o Conselho Regional do PSD/Açores “deu toda a sua força e motivação para que o projeto político liderado pelos três partidos que compõem a Coligação continue a ser um projeto de sucesso”.

“O PSD/Açores dá um sinal de união, força e apoio ao líder do partido, José Manuel Bolieiro, para que este continue o bom trabalho e

progresso, em benefício dos açorianos”, sublinhou.

Pedro Nascimento Cabral acrescentou que a tarefa que o Governo Regional tem pela frente “não é fácil”, após uma governação socialista de 24 anos que deixou os Açores numa “forma caótica em vários domínios”.

“O trabalho que o Governo da Coligação está a fazer merece todo o nosso respeito, bem como todo o nosso apoio e suporte”, salientou.

O Presidente da Mesa do Congresso encorajou ainda o Governo dos Açores a “prosseguir com as boas políticas em curso, como por exemplo a melhoria do Serviço Regional de Saúde, do sistema de Educação e dos Transportes”.

O Conselho Regional do PSD/Açores, que é o órgão máximo do partido entre congressos, reuniu em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel.

GOVERNO DOS AÇORES QUER **ACELERAR FUNDOS** PARA A INDÚSTRIA CONSERVEIRA

José Manuel Bolieiro referiu que há sempre atrasos na transferência de fundos comunitários no âmbito da transição dos quadros financeiros plurianuais, o que “cria dificuldades de tesouraria” às empresas, no caso específico da indústria conserveira através do POSEI - Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e Insularidade.

A indústria conserveira beneficia de cerca de dois milhões de apoios anualmente no âmbito do POSEI.

O líder do executivo regional (PSD/CDS-PP/PPM) recebeu, no dia 26, na residência oficial da presidência do Governo dos Açores, em Ponta Delgada, a Pão-do-mar - Associação de Conserveiros de Peixe dos Açores, salientando no final do encontro que “o diálogo foi produtivo no sentido não só de identificar prioridades, dificuldades e janelas de oportunidade e soluções possíveis”.

Ainda segundo o governante, para além dos atrasos entre quadros comunitários de apoio, da pandemia de covid-19 e da guerra na Ucrânia, no caso português ocorreram eleições antecipadas, o que faz com que o programa operacional PT 2030 “esteja mais atrasado e penalize” as empresas.

“Fica aqui o meu manifesto empenho que, aliás, já tem sido manifestado na relação com o Governo da República e deste com as instituições comunitárias, para podermos acelerar este processo”, afirmou o chefe do executivo açoriano, recordando que o acordo de parceria “foi recentemente assinado”.

O presidente da Associação de Conserveiros de Peixe dos Açores, Telmo Magalhães, também em declarações aos jornalistas, defendeu o acesso da indústria conserveira ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), bem como a necessidade de acelerar as verbas do POSEI para o setor.

Telmo Magalhães salientou ainda que os apoios do POSEI são “fundamentais para a indústria conserveira”, manifestando preocupação com o incremento dos custos da energia para a indústria que vai ocorrer com a revisão para o primeiro trimestre de 2023, imposta pela ERSE- Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

O responsável pela Pão-do-mar alertou também que o setor está “muito exposto às matérias-primas e transportes”, situação que “se adensa na região devido aos sobrecustos da insularidade”.

José Manuel Bolieiro manifestou “inquestionável empenho” junto do Governo da República para que sejam aceleradas as verbas comunitárias para a indústria conserveira.





GOVERNO AÇORIANO REDUZIU PAGAMENTO A FORNECEDORES EM 30 DIAS

O vice-presidente da bancada do PSD no parlamento açoriano António Vasco Viveiros afirmou que o Governo Regional reduziu o prazo de pagamento a fornecedores em 30 dias, em 2022, num sinal “claro de responsabilidade” para com as empresas.

Segundo o social-democrata António Vasco Viveiros, “deve-se ser factual sobre esta matéria de dívidas a fornecedores”, sendo que o indicador a utilizar “é o do prazo médio de pagamento a fornecedores, disponibilizado pela Direção-Geral do Orçamento”, que apresentava, em dezembro de 2020, um número de 156 dias, tendo passado para 130 dias, em dezembro de 2021, e fixado em 126 dias, em dezembro de 2022”.

“O Partido Socialista utilizou apenas os três primeiros trimestres do ano de 2022, de 01 de janeiro a 30 de

setembro, um período demasiado curto para aferir a realidade”, afirma António Vasco Viveiros, citado numa nota de imprensa do partido.

De acordo com o deputado, o PS “não utiliza a variação homóloga, de setembro de 2022 face a setembro de 2021, porque sabe que essa taxa de variação da dívida a fornecedores do setor público empresarial regional deixa de ser mais de 20% e passa para menos de 10%”.

Para o dirigente da bancada parlamentar do PSD/Açores, “tal revela a má-fé com que os socialistas assumem nos

últimos tempos, na tentativa de ofuscar o bom trabalho que este Governo tem desempenhado no terreno e com resultados à vista de todos”.

“Se considerarmos apenas empresas públicas que estão incluídas no perímetro de consolidação da Administração Regional, a variação homóloga é negativa, ou seja, existe uma diminuição da dívida a fornecedores”, salvaguarda o parlamentar.

António Vasco Viveiros declarou, por outro lado, que, no que concerne aos apoios disponibilizados às empresas regionais, no âmbito das

medidas da covid-19, “foi este Governo Regional que implementou o programa Apoiar.pt, que em 2021 e em 2022 injetou nas empresas cerca de 40 milhões de euros, num processo simplificado, medida que permitiu a sobrevivência das empresas açorianas”.

O deputado refere que feitas as contas, “ao contrário do que foi afirmado pelo PS, o Governo Regional tem vindo a reduzir o prazo de pagamento a fornecedores da região, diminuindo em 30 dias o prazo que se registava no final de 2020”.

GOVERNO DA MADEIRA DEFENDE COMPARTICIPAÇÃO DO ESTADO EM SETORES REGIONALIZADOS

Miguel Albuquerque defende que o Estado deve compartilhar os “encargos acrescidos” da região autónoma na saúde e na educação, apesar de serem setores regionalizados.

“A Constituição não isenta o Estado de assumir responsabilidades nestas duas áreas, apesar de a saúde e também a educação estarem regionalizadas”, declarou.

O chefe do executivo madeirense falava no Funchal, dia 25 de janeiro, no âmbito de uma conferência com os auditores do Curso de Defesa Nacional, que se encontram de visita à região.

Miguel Albuquerque alegou que os custos decorrentes da insularidade nos setores da Saúde e da Educação oscilam entre mais 30% a 40% “per capita” face ao território continental, pelo que considerou ser imperativo

acautelar a obrigatoriedade de o Estado compartilhar estas funções sociais.

“É fundamental que na revisão da Lei das Finanças Regionais estes encargos acrescidos com a Saúde e com a Educação tenham uma compensação por parte do Estado”, declarou.

Miguel Albuquerque considerou também ser “decisivo e fundamental” que o Estado garanta o princípio da coesão económica e social, assegurando, por exemplo, transportes a “preços acessíveis”.

Por outro lado, defendeu uma maior autonomia fiscal, com a possibilidade de fixar o Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos 10%, com vista a atrair mais investimento estrangeiro e criar mais emprego qualificado no arquipélago.



Os custos decorrentes da insularidade na Saúde e da Educação oscilam entre mais 30% a 40% ‘per capita’ face ao continente



GOVERNO DA MADEIRA **MEDIU** **CONTRATAÇÃO COLETIVA** PARA 53 MIL TRABALHADORES

O Governo da Madeira (PSD/CD-S-PP) mediu a negociação de 45 Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho em 2022, com impacto em 53 mil trabalhadores, divulgou a secretária regional da Inclusão Social e Cidadania, Rita Andrade.

“Continuaremos empenhados em manter salários diferenciados em setores económicos com crescimentos e desempenhos diferenciados, como é o caso, por exemplo, do setor do turismo”, afirmou a governante madeirense.

Rita Andrade falava num encontro com os parceiros sociais, no Funchal, no qual participaram representantes de associações patronais, entidades empregadoras, sindicatos e trabalhadores.

“No que diz respeito à contratação coletiva, o Governo Regional tem vindo a mediar e a promover estrategicamente a concertação, alcançando resultados muito importantes, respeitando a sustentabilidade das empresas”, disse, realçando que 2023 “reúne todas as condições para ser novamente um ano de afirmação da concertação e do diálogo social na Região Autónoma da Madeira”.

A secretária da Inclusão Social destacou, por outro lado, o acordo obtido em sede da Comissão Permanente de Concertação Social, que fixou o salário mínimo regional para 2023 em 785 euros, com efeitos reportados a 01 de janeiro.

“Este valor representa o maior aumento do salário mínimo regional desde 2015”, disse, explicando que corresponde a um aumento real de

8,6 % face ao ano anterior e a um acréscimo de 3,3% comparativamente ao salário mínimo fixado a nível nacional.

“Desde 2015, os madeirenses e porto-santenses viram o salário mínimo regional subir quase 270 euros, ou seja, um aumento superior a

52%”, reforçou.

Rita Andrade sublinhou também o facto de o acordo que fixou o salário mínimo regional em 785 euros ter sido obtido por maioria qualificada, sendo que em oito parceiros sociais apenas um votou contra, a USAM – União dos Sindicatos da Madeira.

A governante madeirense salientou, ainda, que em 2022 a região autónoma registou, pela primeira vez em 14 anos, menos de dez mil pessoas inscritas no Instituto de Emprego e, no terceiro trimestre desse ano, atingiu o maior número de sempre de população empregada – 125.200 pessoas.





Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Pinto Balsemão aos militantes do Porto

**PSD
e AD
estão
de
boa
saúde**



(PÁGS. 2 E 3)

AD PREPARA ESTRATÉGIA PARA AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

Reuniu-se no passado dia 26, numa das salas do Grupo Parlamentar do PSD, na Assembleia da República, a Comissão de Trabalho da Aliança Democrática.

Pelo PSD estavam presentes: Francisco Pinto Balsemão, António Almeida, Fernando Albuquerque, António Ca-

puchos; pelo CDS, Diogo Freitas do Amaral, Basílio Horta, Francisco Lucas Pires e Francisco Oliveira Dias; e pelo PPM Gonçalo Ribeiro Teles, António Borges de Carvalho, Ferreira Pereira e António Sousa Lara.

1. A Comissão da AD afirma publicamente a vontade

política de estender ao âmbito do poder local o espírito e os objectivos do acordo de cooperação celebrado em 1979 entre o PSD, o CDS e o PPM, e traduzir num protocolo específico para as eleições autárquicas.

Nesse protócolo, para cuja negociação ficou incumbida

da Comissão Coordenadora da AD, serão incluídas, nos termos do referido acordo de cooperação, as linhas programáticas fundamentais para o prosseguimento da vitalização da vida municipal e para a regionalização de País. Serão ainda consideradas no protócolo, e após consultação pelos Partidos das respectivas estruturas competentes, as linhas gerais de uma nova Lei Eleitoral para as autarquias, a definição daquelas em que se considera conveniente, atentos os factores e os interesses locais, a apresentação de listas eleitorais comuns e ainda as regras a observar para a respectiva negociação.

A Comissão da AD, em consonância com os termos do comunicado da reunião de 24/3/81, reafirma o objectivo essencial de que as próximas eleições autárquicas contribuam para a coesão da AD, do seu Governo e do projecto de sociedade que viabilizam e assumem.

2. A Comissão da AD analisou o andamento dos tra-

balhos da Revisão Constitucional, tendo concluído pela necessidade de acelerar o processo de revisão, decidindo desenvolver todos os esforços políticos nesse sentido.

A Revisão Constitucional constitui para a AD um compromisso perante o povo português, que pela sua parte será cumprido nos prazos previstos.

A AD desafia o Partido Socialista a empenhar-se com igual afinco nos trabalhos da Comissão de revisão Constitucional, com vista a ultimar uma revisão no mais curto espaço de tempo.

3. A Comissão da AD congratula-se também pelo pleno acordo obtido entre os grupos parlamentares da maioria em todas as matérias relativas ao Estatuto dos deputados.

Igualmente se regista a total identidade de pontos de vista dos Partidos da AD no que respeita à legislação relativa ao pagamento das indemnizações, aliás expre-

sa inequivocamente na votação da ratificação do respectivo Decreto-Lei.

Nestas duas matérias, acerca das quais se especulou com divergências entre os Partidos da Aliança, mais uma vez ficou comprovada a solidez do entendimento e a solidariedade entre os Partidos da Aliança democrática. Lisboa, 26 de Junho de 1981.

Francisco Pinto Balsemão
(presidente do PSD).

Diogo Freitas do Amaral
(presidente do CDS).

Gonçalo Ribeiro Teles
(presidente PPM)

Por razões de ordem técnica, não nos é possível publicar neste número, o "Jovem Reformista". Do facto pedimos desculpa aos nossos leitores.

EDIÇÃO N.º 363 do "Povo Livre" | 1 de julho de 1981

"Ministro Nascimento Rodrigues na OIT: Toda a estratégia de desenvolvimento integra uma dimensão social". O ministro do Trabalho do VII Governo Constitucional expressava a sua visão para o mundo laboral na 67.ª sessão da Conferência da Organização Internacional do Trabalho.

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO

TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

DISTRITOS

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD da Guarda, aberta a todos os militantes, a reunir dia **6 de fevereiro (segunda-feira) de 2023, pelas 21H00**, no Hotel Lusitânia, com a participação do Presidente do PSD, Luis Montenegro com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Análise da situação política Nacional e Local.

SECÇÕES

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD do Barreiro, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia **17 de fevereiro de 2023 (sexta-feira), pelas 21H00** na Sede Concelhia, sita na Rua de Trás-os-Montes, nº 4 B Santo António da Charneca, Barreiro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
 2. Apresentação, discussão e votação das contas do ano de 2022;
 3. Apresentação, discussão e votação do orçamento e plano de atividades para o ano de 2023;
 4. Análise da situação política/partidária.
- De acordo com os Estatutos nacionais do PPD/PSD a Assembleia de Secção pode deliberar trinta minutos após a data fixada para o início dos trabalhos com qualquer número de presenças.

GOUVEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia de Secção de Gouveia para reunir dia **4 de Março (sábado) de 2023, pelas 16H00**, na Sede do PSD Gouveia, Av. 1º de Maio, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção,
 2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.
- Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24H00 do 3º dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD de Gouveia.

O ato eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 16H00 e as 19H00.

As quotas podem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

MONDIM DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção Política Concelhia do PSD de Mondim de Basto, distrito de Vila Real, para uma reunião a realizar no próximo dia **11 de março, (sábado) de 2023, pelas 15H00**, sita no Auditório da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição dos Órgãos de Secção Política do PSD de Mondim de Basto;

Notas: O processo eleitoral decorrerá no Auditório da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, entre as 15H00 e as 18H00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua até às 24H00 do dia 8 de março de 2023.

OEIRAS

ALTERAÇÃO DE MORADA PUBLICADO NO POVO LIVRE DE 24-1-2023

Por motivos alheios ao PSD Oeiras, o local previamente indicado para a localização da Assembleia de militantes publicada no Povo Livre de 24.1.2023 está indisponível. Assim altera-se o local da Assembleia de Militantes do próximo dia **2 de Fevereiro de 2023 pelas 21H00** no Auditório Municipal, sita no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, Av. Dr. Francisco de Sá Carneiro 17, Oeiras, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PPD/PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Palmela para reunir, no dia **17 de fevereiro (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00**, na Sede da Junta de Freguesia de Palmela, sita no Espaço Cidadão na Rua Hermenegildo Capela nº 58, Palmela, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação, discussão e votação das contas anuais de 2022;
3. Apresentação, discussão e votação do Orçamento 2023;
4. Análise da situação política.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção do Porto, para reunir no próximo dia **15 de fevereiro (quarta-feira) de 2023, pelas 21H00**, na Sede da Junta de Freguesia de Paranhos, sita na Rua Álvaro Castelões, 811, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação do modelo de trabalho das Secções Temáticas;
2. Informações e análise da situação política.

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal para reunir segunda-feira, **13 de fevereiro de 2023, pelas 21H00**, na Sede da Secção, sita na Rua do M. F. A., no 11, Amora, com a seguinte,

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação do relatório de contas;
3. Análise da situação político-partidária;
3. Outros assuntos.

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Vagos, para reunir, em sessão, no dia **18 de fevereiro (sábado) de 2023, pelas 17H00** na Sede do PSD, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 440, R/C Dto, em Vagos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política.
- Nota: Se à hora marcada para o início dos trabalhos não estiverem presentes mais de metade dos seus membros, a Assembleia realizar-se-á trinta minutos depois e deliberará com qualquer número de presenças.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convoca-se todos os militantes, para reunir em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Viana do Castelo, no dia **25 de Fevereiro de 2023 (sábado), às 15H30**, no Hotel Axis sita em Av. Capitão. Gaspar de Castro 866, Viana do Castelo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política Local, Distrital e Nacional;
3. Outros assuntos.

VILA DO CONDE

De acordo com os Estatutos do Partido Social Democrata convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Vila do Conde para dia **17 de Fevereiro de 2023, às 21H00** na Sede da respetiva Secção, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Relatório de Contas do ano de 2022;
2. Orçamento e Plano de Atividades para 2023;
3. Análise da situação político-partidária da Secção;
4. Outros Assuntos.

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia **11 de fevereiro (sábado) de 2023, às 15H00**, na Sede da Junta de Freguesia de Oliveira Santa Maria, sita na Urbanização de Sestelo, nº 183, Oliveira Santa Maria, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

RECTIFICAÇÃO ALVAIÁZERE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário concelhio de Alvaiázere, para reunir no dia **25 de fevereiro de 2023, pelas 15 horas**, na sede do PSD Alvaiázere, sita na Estrada Nossa Senhora dos Covões, n.º 1 3250-180 Alvaiázere, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política concelhia da JSD Alvaiázere.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 15h00 e as 22h00. As listas terão que ser entregues em papel ao Presidente da Mesa Distrital da JSD Leiria ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59, do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, na sede do PSD Distrital de Leiria, sita na Av. Dr. José Jardim 32, 2400-137 Leiria.

Tal como referido nos Estatutos Nacionais da JSD, solicita-se que todos os votantes se façam acompanhar de documento de identificação (tipo CC) no momento da votação.

RECTIFICAÇÃO CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Castelo de Paiva, a reunir no próximo dia **18 de Fevereiro de 2023 (Sábado), às 13h45m**, na Sede do PSD de Castelo de Paiva, Rua da Boavista, n.º 22 - União de Freguesias de Sobrado e Bairros, Castelo de Paiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Castelo de Paiva.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Castelo de Paiva, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, através do endereço de e-mail jsdcastelopaivamail.com. As urnas estarão abertas entre as 14h00m e as 17h00m.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 25/01/2023 GUIMARÃES

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocar todos/as os/as militantes para reunirem no dia **28 de fevereiro, terça-feira, entre as 21h e as 24h00** no Largo do Tournal número 125, 1 andar - Guimarães (sede da JSD e PSD Guimarães) com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário da JSD de Guimarães para o mandato 2023-2025.

Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa (eu próprio) ou a quem o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao acto eleitoral.

As listas podem ser entregues na sede do PSD/JSD de Guimarães sita na morada acima indicada ou para o e-mail: eduardofernandes.2497@gmail.com.

RECTIFICAÇÃO MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD Concelhia de Macedo de Cavaleiros, para reunir no próximo dia **25 de Fevereiro de 2023 (sábado), pelas 15h00**, na Sede do PSD, sita na Rua Clara Vaz, n.º 1, 2.º esquerdo, 5340-240 Macedo de Cavaleiros, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Macedo de Cavaleiros.

Notas: As listas de candidatos devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até as 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na sede da JSD/ PSD distrital de Bragança, sita Praça da Sé, 16, 1 direito, 5300-265 Bragança ou para o e-mail rita.bras@hotmail.com. As urnas estarão abertas das 15h00 às 17h00.

RECTIFICAÇÃO MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da Murtosa, para reunir no próximo dia **25 de Fevereiro de 2023 (sábado)**, na sede da Secção da Murtosa do PSD, sita na Praça Jaime Afreixo, n.º 6 – A, Pardelhas – Murtosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: – Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa de Plenário Concelhio da JSD da Murtosa.

Nota:

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso da JSD Distrital de Aveiro, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, através do endereço de e-mail: mesajsddistritalaveiro@hotmail.com. As urnas estarão abertas das 14h00m às 16 horas.

RECTIFICAÇÃO VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Militantes da JSD de Vale de Cambra para reunir no dia **24 Fevereiro de 2023 (sexta-feira), entre as 21h00 e as 23h00**, na sede da JSD de Vale de Cambra, sita na Avenida Camilo Tavares de Matos, N.º 352 - 1.º Dto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da JSD de Vale de Cambra.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o substitua, na sede concelhia, entre as 22h00 e as 24h00 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. As listas poderão ser enviadas por correio electrónico para o seguinte endereço: antoniomoreira90mail.com

RECTIFICAÇÃO VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Vila Nova de Famalicão para o Plenário Concelhio a realizar no próximo dia **11 de Fevereiro de 2023, pelas 18h**, na sede do PSD, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212 - 3.º Sala 14, 4760-114 Vila Nova de Famalicão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário;

Notas: As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD V.N.Famalicão ou a quem a substitua estatutariamente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, na morada supra citada ou para o endereço de e-mail: ricardo-mesquitautlook.pt, respeitando as normas e Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD.

O ato eleitoral decorrerá entre as 18:00 e as 20:00.

PLENÁRIOS

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 25/01/2023

I CONSELHO DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o I Conselho Distrital do Porto Ordinário de 2023, para reunir no próximo dia **08 de fevereiro de 2023 (4ª feira), pelas 21h**, na Casa da Cultura de Seroa, sita na Rua das Pereiras, n.º 215, Seroa, 4595-415 Paços de Ferreira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação do local, data, horário e Regulamento do Congresso Distrital do Porto;
- 2 – Análise da situação política atual;
- 3 – Outros Assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Distrital de Vila Real, a realizar no dia **04 de Março de 2023, pelas 14:00 horas**, em local a designar no concelho de Peso de Régua, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Eleição dos Representantes da JSD ao Conselho Distrital do PSD Vila Real;
- 3 – Outros assuntos.

Notas: As listas candidatas, bem como a sua respetiva documentação, devem ser entregues até ao sétimo dia anterior ao ato eleitoral na Sede Distrital do PSD Vila Real, desde que em horário laboral (Avenida da Europa, Edif. Encosta do Rio, Entrada 7 – 2º - Vila Real), ou através de missiva eletrónica dirigida ao Presidente da Mesa Distrital (jsdvilareal.distrital@gmail.com);

As urnas estarão abertas entre as 14:30h e as 16:30h.

ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Anadia, para reunir no dia **10 de Fevereiro de 2023, pelas 20:30h**, na sede concelhia, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários, Edifício Complexo das Fontes - B1, 1º andar, sala B, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Balanço de atividades;
- 3 – Outros assuntos.

ANSIÃO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se plenário concelhio da JSD Ansião, para reunir no dia **26 de fevereiro, pelas 15h00**, na sede concelhia, sita na Avenida Dr. Vítor Faveiro, nº 27 1º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Informações e outros assuntos.

**ADENDA****CONVOCATÓRIA**

JSD DISTRITAL DE LISBOA AM

Sintra

REGULAMENTO DO VI CONGRESSO DISTRITAL DE LISBOA DA JSD

ANEXO 2 -

RATEIO PARA O VI CONGRESSO DISTRITAL DA JSD LISBOA

CONCELHIA	Mandatos a Ratear	Mandatos Atribuídos à Concelhia Diretamente TOTAL	Inerência (Presidentes de Concelhia ou Vice-Presidentes)	TOTAL
Amadora	7	1	1	9
Azambuja	1	1	1	3
Cascais	18	1	1	20
Lisboa	38	1	1	40
Loures	7	1	1	9
Mafra	2	1	1	4
Oeiras	6	1	1	8
Odivelas	8	1	1	10
Sintra	11	1	1	13
Vila Franca de Xira	2	1	1	4
TOTAL	100	10	10	120